



Evento	Salão UFRGS 2015: SIC - XXVII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2015
Local	Porto Alegre - RS
Título	ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SETE MUNICÍPIOS GAÚCHOS DESAFIOS INERENTES AO PROCESSO DE PESQUISA
Autor	BIANCA BORTOLINI
Orientador	MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES

ACESSO A INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SETE MUNICÍPIOS GAÚCHOS: DESAFIOS INERENTES AO PROCESSO DE PESQUISA

Bianca Bortolini – biabort@yahoo.com.br

Orientadora: Maria Luiza Rodrigues Flores – malurflores@gmail.com

(FACED – UFRGS)

A pesquisa analisa as repercussões da obrigatoriedade de matrícula escolar para a faixa etária de quatro e cinco anos (pré-escola) no Brasil, cujo prazo de universalização encontra-se colocado para o ano de 2016, tanto na Constituição Federal de 1988 alterada pela Emenda Constitucional 59/09, quanto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, criado pela Lei 13.005/14. De acordo com as metas do PNE anterior, cuja vigência expirou em 2010, os municípios deveriam ter matriculado 50% da população de até três anos e 80% da faixa etária de quatro e cinco anos até março de 2011. Desde 2012, o grupo de pesquisa vem acompanhando sete municípios da região metropolitana do estado cujo número de vagas que deveriam ter sido criadas para a educação infantil como um todo, até 2011, era superior a seis mil, segundo a 1ª Radiografia publicada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS, 2010). Compõem a amostra deste estudo os municípios a seguir indicados: Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas, Gravataí, Viamão e Alvorada. O objetivo específico do recorte aqui desenvolvido se refere ao processo nestes sete municípios, visando à organização e padronização dos dados em um relatório parcial da pesquisa referente ao período 2012-2014. A análise destas informações em relação ao conjunto dos municípios contribuiu para a construção de um histórico sobre a trajetória da oferta de educação infantil nestes municípios na perspectiva de uma interpretação em contexto (DAHLBERG, PENCE, MOSS, 2003). A revisão da literatura aponta a trajetória recente de ampliação da faixa etária de escolarização obrigatória no Brasil, destacando-se a ausência de financiamento adequado para sustentar esta expansão, o que sobrecarrega os municípios, responsáveis prioritários por esta oferta (ABRAHÃO, 2010; FARENZENA, 2010). Outra questão apontada pela literatura é o fato de o acesso à creche, direito constitucional, correr o risco de ser relegado ao segundo plano pelos gestores municipais, já que sua oferta além de não ser obrigatória, exige maior investimento (ROSELANE CAMPOS, 2010, 2011, 2012; MARIA MALTA CAMPOS, 2010). A metodologia do trabalho aqui apresentado envolveu revisão de dados qualitativos referentes aos sete municípios, envolvendo o 1º Estudo do TCE/RS (2007); as Radiografias posteriores (2010; 2011; 2012); os dados censitários do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Do ponto de vista da revisão dos dados qualitativos, trabalhamos com os *sites* oficiais dos municípios, incluindo aqueles das prefeituras, secretarias de educação, dos conselhos de educação, câmaras de vereadores e observatórios. Além da revisão do conjunto de dados, foi realizada a padronização do relatório como um todo seguindo as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas para a formatação dos quadros e suas fontes, bem como das referências. Como resultado deste processo de trabalho, nos deparamos com a existência de poucas informações para alguns municípios e o fato de que as estas encontravam-se bastante desatualizadas, exigindo a busca em *sites* alternativos. Observamos que cada município disponibiliza seus dados de uma forma diferente, dificultando a aproximação entre os dados. Dos sete, apenas dois municípios possuíam dados disponíveis em um observatório, destacando-se que apenas a Capital apresentava os dados necessários à pesquisa no *site* da Secretaria Municipal de Educação, ainda que estes fossem referentes ao Censo Escolar de 2011.